



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

**A EXACERBAÇÃO ROMÂNTICA NA PESQUISA SOCIAL E A ANÁLISE DA
MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XX**

JACQUES RIBEMBOIM; FRANCISCO GILVAN LIMA MOREIRA;

UFRPE

RECIFE - PE - BRASIL

jacquesribemboim@oi.com.br

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

MERCADO DE TRABALHO AGRÍCOLA

**A EXACERBAÇÃO ROMÂNTICA NA PESQUISA SOCIAL E A ANÁLISE DA
MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XX**

RESUMO:

A migração campo-cidade ainda é reconhecida por muitos como o resultado inequívoco da deterioração social e ambiental no meio rural decorrentes da reordenação latifundiária ou, no Nordeste brasileiro, do advento das Secas. Sem alternativas, as famílias são obrigadas a migrar. Os cientistas sociais não raro aludem ao fenômeno do “êxodo rural” para caracterizar a perene e volumosa transferência do homem do interior para a cidade grande. Contudo, uma investigação mais acurada levanta contestações à esta hipótese como explicação para a urbanização acelerada do país no século XX. Embora menos romântico que a primeira explicativa, as famílias decidem migrar para melhorar de vida. Enxergam a cidade como alternativa para escapar da pobreza atávica de seu meio. Não se trata de um expulsionismo determinista, mas um atrativismo possibilista o que prepondera a médio e longo prazo. Neste sentido, procura-se focar a questão durante a segunda metade do século XX, aplicada a Pernambuco, tomando-o como emblemático para outros estados brasileiros, inclusive para a migração inter-regional. Como será demonstrado, muito embora a imagem do retirante da seca ainda se constitua a típica representação do homem migrante nordestino - ao encontro do imaginário urbano-burguês – são a roda do trem, o chão da fábrica, o emprego doméstico, as luzes da cidade, as economias de aglomeração urbana, os determinantes principais da mudança de contingentes populacionais tão grandes.

Palavras-chaves: Migração rural; êxodo rural; política populacional; Região Nordeste

Introdução

Este trabalho discorre sobre as causas, características e conseqüências da migração campo-cidade em Pernambuco, durante a segunda metade do século XX.

Os fenômenos migratórios rumo às cidades, sobretudo as de maior porte, intensificando o processo de metropolização, foram recorrentes em praticamente todos os países, havendo sido particularmente problemático em alguns casos asiáticos, africanos e latino-americanos.

Se por um lado, a urbanização acelerada foi ao mesmo tempo causa e conseqüência do processo de industrialização e modernização de algumas regiões, por outro, resultou em fortes pressões ambientais, adensamentos residenciais, congestionamentos, favelização e desemprego.

No caso específico de Pernambuco, como nos demais estados nordestinos, a movimentação do habitante rural para as cidades atingiu picos em períodos de crise climática, mais especificamente em anos de Seca. O tamanho destas populações deslocadas, as suas condições de extrema miséria e as formas utilizadas para o êxodo rural impregnaram de tal modo o consciente e o inconsciente do homem urbano, que restaria imutável a figura do retirante como representação típica do nordestino, e as vicissitudes climáticas, como constituintes únicos e inequívocos da expulsão do agricultor familiar.

Isto, contudo, não é corroborado pelas teorias da migração, tampouco encontram respaldo nas evidências empíricas. Mecanismos outros, mais perenes, universais e, por vezes, originários de fatores demográficos e sócio-econômicos, foram as causas da transumância e da urbanização. E caso se esteja procurando uma terminologia que qualifique esta reordenação territorial, mais plausível seria aludir à “chegada urbana”, do que ao “êxodo rural”. Em alguns momentos, o termo “chegante” poderia ser mais oportuno que “retirante”. Parece que a palavra “êxodo” continua exercendo seu fascínio bíblico, mas mesmo no caso dos hebreus do Egito, o que aconteceu foi uma migração voluntária para Canaã.

Na realidade, as forças motrizes da migração podem ser tanto de origem “expulsionistas”, quanto de origem “atrativistas”. No caso da migração campo-cidade, poderiam ser tanto do tipo “expulsionismo rural determinista” – quando ao homem do campo não resta alternativa senão migrar –, quanto do tipo “atrativismo urbano possibilista” – neste caso, por escolha racional, em busca de melhores salários e renda ao longo do seu ciclo de vida. Ora preponderam as forças do primeiro tipo, ora do segundo.

No Nordeste brasileiro, estas forças são retroalimentadas pelo processo de transição demográfica incompleta, cujos perfis são diferenciados entre os meios urbano e rural. O retardamento da queda da taxa de natalidade no campo em relação à cidade, a um lado, e o passo mais lento na incorporação e difusão de novas tecnologias, a outro, são fatores que recalçam a formação de excedentes de mão-de-obra a serem exportados para a cidade. Dito de outra forma, uma vez que o setor agrário no Nordeste manteve-se por toda segunda metade do século XX próximo ao limite do uso extensivo de seus recursos naturais, e, haja vista as dificuldades de incorporação de novas tecnologias, o crescimento populacional faz acumular contingentes humanos cuja produtividade marginal (adicional) é nula. Isto implica que os períodos de estiagem ou secas são também períodos de forte crise social, não só pelo comprometimento das safras, mas também por fatores demográficos.

Daí a dimensão de se conhecer melhor o perfil do migrante e as causas que o levaram e levam a migrar, identificando-se os períodos de picos migratórios, e fazendo uso destas informações para o estabelecimento de políticas públicas eficazes, podendo sugerir, inclusive, que, elevação do emprego e renda no campo (mediante estímulos à produção rural intensiva em mão-de-obra ou o fortalecimento de redes urbanas de pequeno e médio porte) seria bem

mais eficaz para o desenvolvimento rural integrado, do que as recorrentes políticas de combate às secas, tão ao gosto da politicagem local.

Forças expulsionistas e forças atrativistas

O modelo de desenvolvimento dual de Lewis¹ parece bastante adequado para explicar o processo de urbanização e industrialização acontecido nas décadas de cinquenta, sessenta e setenta, no Brasil. Consoante o modelo, o setor rural transfere continuamente mão-de-obra para as cidades até que o diferencial de renda não mais compense os custos do deslocamento. Lewis supõe que o setor rural detém excedentes não produtivos de mão-de-obra. Assim, a partida destes trabalhadores ociosos aumenta a renda média no campo (mesma quantidade total de produto para uma menor população remanescente), ao mesmo tempo em que, nas cidades, os recém-chegados (novos “chegantes”) pressionam os salários urbanos para baixo.

Por outro lado, tal como mencionado, a transição demográfica incompleta no campo oblitera um possível acréscimo na renda per capita da população remanescente, deste modo, perenizando as hipóteses do modelo.

Apesar de sua boa capacidade de explicação da transferência do homem rural para o meio urbano, o modelo de Lewis perde sustentação quando o processo migratório observado não se arrefece nem mesmo quando persistem altas taxas de desemprego na cidade. Para este novo tipo de cenário, surge o modelo de Todaro: o trabalhador decide emigrar observando a expectativa de renda e não o salário real (isto é, a probabilidade de obter o trabalho vezes o salário).

Os modelos de Lewis-Todaro são do tipo atrativistas e baseiam-se na escolha racional. Outras hipóteses explicativas da migração baseiam-se em fenômenos circunstanciais climáticos ou políticos que resultam na expulsão do homem do campo, tais como as intempéries climáticas, estiagens prolongadas, guerras e perseguições políticas ou religiosas.

Além das hipóteses acima, outros modelos foram erguidos nas últimas décadas, buscando explicar novas evidências empíricas ou lapidar as antigas teorias. Muitos destes dão ênfase à questão estrutural do meio rural, como por exemplo, à estrutura fundiária ou ao acesso diferenciado às novas tecnologias, o que fazem com que o agricultor familiar perca suas funções tradicionais. O latifúndio expulsa o pequeno produtor, seja por simples avidez do latifundiário, seja impondo-lhe alguma imbatível forma de concorrência. Economistas brasileiros do tope de Paul Singer, Celso Furtado e Inácio Rangel seriam adeptos destas correntes.

A decisão de migrar

A migração do campo para a cidade, particularmente para a “cidade grande”, a metrópole, é, portanto, o resultado das forças de expulsão e de atração.

Destaque-se, ainda, que a renda familiar na cidade é reforçada pela existência de bens e serviços públicos difíceis de serem ofertados no campo. Isto decorre da existência das economias de aglomeração, conceito *marshalliano* aplicado à produção, mas que pode ser estendido também ao consumo (é mais fácil encontrar bens de consumo nas cidades).

As observações empíricas mostram que as decisões de emigrar variam significativamente com o gênero e idade dos indivíduos. Geralmente, os homens jovens são os primeiros a migrar, mas nas zonas rurais pernambucanas, este padrão não se repete de

¹ Prof. Arthur Lewis, Princeton University, Prêmio Nobel de Economia de 1979.

forma indiscriminada. Migrações de curta distância, por exemplo, têm se apresentado com predomínio de mulheres, sobretudo na Zona da Mata.

Desta forma, perfis populacionais que apresentem predomínio de um dos sexos, ou concentração de determinadas coortes podem conter indicativos sobre os seus padrões migratórios.

Apesar de existirem pistas e indicadores para estes padrões migratórios, não é fácil isolar os efeitos das diversas variáveis que, teoricamente, encontram-se relacionadas com a taxa de migração. Por exemplo, espera-se que a relação PIB_{total}/PIB_{rural} ou a própria taxa de crescimento do PIB sejam importantes variáveis de análise. Entretanto, embora estejam disponíveis os dados anuais do PIB, o mesmo não acontece com dados de população, cujos interstícios de contagem foram aproximadamente decenais.

Do ponto de vista teórico, a taxa líquida de migração seria uma função do tipo a seguir:

$$m_t^{i,j} = f(P_0, d, m_{t-n}^{i,j}, sal_{urb}/sal_{rural}, \% PIB_{t-n}, fecund, estrut, tecnicas, anodeseca, \epsilon)$$

- Na função acima, a taxa m_t^{ij} (taxa líquida de migração da região i para a região j, durante o ano t), depende de uma série de variáveis, tais como:
- P_0 é a população inicial.
- d é a distância entre i e j.
- $m_{t-n}^{i,j}$ afere a existência de auto-correlação serial, isto é; as taxas de migração em anos anteriores.
- sal_{urb}/sal_{rural} é a relação entre salário urbano e salário rural (em algumas ocasiões, para efeitos práticos, pode ser tomado como a relação de salários do setor primário e dos demais setores, industrial e de serviços, ou, ainda, conforme o caso focado, entre os salários da região metropolitana e o salário médio nas demais zonas, ou, ainda, em lugar de salário, tomar-se a renda per capita).
- $\%PIB_{t-n}$ é uma variável indicativa do ritmo de crescimento da economia ou da relação entre as taxas de crescimento do setor industrial e de serviços e a do setor primário nos anos $t-n$
- $fecund$ é a taxa de fecundidade
- $estrutfundiaria$ é uma variável que indica a estrutura fundiária, por exemplo, porcentagem de propriedades maiores que 1.000 hectares
- $tecnicas$ é a tecnologia (lembrando que a chegada de novas tecnologias pode servir para reter ou para expulsar o trabalhador rural: tecnologias muito avançadas ou que requeiram um investimento alto inicial podem ser excludentes, enquanto que tecnologias baratas e acessíveis, principalmente se forem intensivas em trabalho podem servir para aumentar a produtividade, a renda e, conseqüentemente, desestimular a migração);
- $anodeseca$ indica se o ano é de seca ou próximo a um ano de seca;
- ϵ é o erro estocástico.

Pelo número de variáveis envolvidas, o leitor já pode imaginar o grau de complexidade envolvido na determinação das formas funcionais adequadas para cada variável, dos coeficientes e das significâncias de cada uma delas, bem como os inúmeros testes que necessitariam ser realizados. Acrescente-se a falta de dados anuais de censo e as descontinuidades de séries para o período coberto (segunda metade do século XX).

migração em Pernambuco

A Tabela 1 mostra a população total, rural e urbana do Estado de Pernambuco nos anos de censo demográfico a partir de 1970 (1970,1980, 1991 e 2000) e de contagem populacional (1996).

Tabela 1: Distribuição da população residente por situação de domicílio em Pernambuco

ano	população urbana	população rural	população total	grau de urbanização (%)
1970	2.810.843	2360085	5.170.928	54,4
1980	3.784.538	2.358.729	6.143.267	61,6
1991	5.046.535	2.076.013	7.122.548	70,8
1996	5.476.915	1.922.216	7.399.131	74,0
2000	6.058.249	1.860.095	7.918.344	76,5

Fonte: IBGE, censos demográficos e contagem populacional. apud. Correia de Andrade, 2003

Segundo Todaro (1993) há, pelo menos, três razões para a cidade crescer:

- crescimento natural entre os habitantes da cidade,
- taxa de migração campo-cidade,
- reclassificação de áreas rurais em urbanas, devido ao crescimento do contorno das cidades.

É preciso se observar que a chegada, em maioria, de migrantes jovens aumenta a proporção de habitantes em idade reprodutiva e contribui para o crescimento populacional, sobretudo de crianças. Além disso, os novos contornos urbanos passam a englobar populações antes consideradas como rurais. No Recife, por exemplo, passou-se a considerar bairros como Várzea, Curado, Sítio dos Pintos etc como urbanos, somente a partir de anos mais recentes. Estas ressalvas devem ser feitas quando da comparação das taxas de crescimento rural com as urbanas, pois podem superestimar o efeito migratório (a contribuição da migração e reclassificação para o crescimento das cidades gira em torno de 40%, segundo Todaro (1984)).

Observe-se, ainda, as implicações da questão da seletividade entre os migrantes (gênero, idade, anos de escola). É sabido que, no caso nordestino, a probabilidade de migrar do campo para a cidade ou da cidade pequena e média para a cidade grande aumenta conforme o grau de instrução dos membros da família, muito embora a proporção geral de migrantes com alto nível de educação permaneça baixa. Isto acarreta um processo de seleção adversa no campo. De algum modo, as políticas rurais do passado falharam em se concentrar exclusivamente no camponês de baixa qualificação, induzindo o escoamento dos habitantes mais educados e habilitados profissionalmente. Não é difícil se perceber a enorme evasão, por exemplo, das elites intelectuais pernambucanas que viviam no interior do estado e se moveram para o Recife nas últimas décadas (embora inexistam estatísticas disponíveis neste aspecto).

A tabela a seguir foi extraída do livro “Velhas Secas em Novos Sertões”, de Gustavo Maia Gomes, e contém uma rápida cronologia das secas mais importantes registradas no Nordeste na segunda metade do século XX.

Observe-se um fato curioso acontecido na seca de 1951 a 1953. Naquele período houve a migração de Luiz Inácio Lula da Silva, desde Pernambuco, município de Caetés, microrregião de Garanhuns, até São Paulo, onde faria carreira de militância sindical e política, até assumir a presidência da república, cinquenta anos depois.

É preciso se observar que, embora tenha havido picos de emigração das regiões afligidas pelas Secas, a migração destes locais para núcleos dotados de melhor infra-estrutura urbana foi uma constante mesmo em períodos de chuvas. Além disso, a partida de um membro da família faz com que, uma vez adaptado à vida na cidade, convide os familiares, parentes e amigos para a ele se juntar.

Tabela 2: Registros Históricos das Secas Ocorridas na Segunda Metade do Século XX

Ano(s) da Seca	Área de Incidência	Fonte	População Atingida	Observações
1951/53	Todo o Nordeste (1951)	Pompeu Sobrinho (1982) SUDENE (1981)		Tudo perdera o colorido; não havia mais o que secar. (...) Se ainda há cétricos, podemos ir até lá. Vamos ver a terra morta sustentando uma gente semi-morta. (...) E esgotam-se os mananciais, aprofunda-se o lençol freático. Cidades inteiras estão sedentas e muitas, por falta d'água, ameaçadas de evacuação. Foi o que vi [Almeida, 1981, p. 24].
1958	Todo o Nordeste	SUDENE (1981)	10 a 11 milhões de pessoas, [SUDENE, 1981, P. 22] 7 milhões de pessoas, das quais dois milhões seriam as "vítimas diretas" [Banco do Nordeste, 1958, p. 9].	A seca inclemente obrigou a paralisação quase total das atividades agro-pecuárias tendo (...) ocasionado uma redução de 50% no valor da produção verificada, mesmo com a vertiginosa elevação de preços ocorrida. Os prejuízos são incalculáveis e o desemprego se verificou em massa [SUDENE, 1981, p. 22, citando Luis Carlos Martins Pinheiro]. A área total assolada em 1958 corresponde a 500 mil Km ² , abrangendo uma população de dez a onze milhões de habitantes. Para se ter uma idéia do crescimento populacional do Nordeste basta recordar que a estimativa da seca de 1932 dava conta de 3 milhões de almas flageladas, numa área de 650 mil Km ² [SUDENE, 1981, P. 23].

1966	CE, RN, PB	SUDENE (1981)		A primeira intervenção da SUDENE [na política de combate aos efeitos da seca] [SUDENE, 1981, p.22].
1970	Todo o Nordeste	SUDENE (1981)	8 milhões de pessoas [Pessoa e Cavalcanti, 1973, p. 80].	O governo empregou, pela segunda vez, mais de meio milhão de flagelados [Guerra, 1981, p. 36].
1976	BA, PE	SUDENE (1981)	15 milhões de pessoas [SUDENE, 1977, item 3].	Na região de Irecê, o trimestre mais chuvoso, correspondente a novembro, dezembro e janeiro foi seco, não havendo condições nem de se iniciar o plantio [SUDENE, 1981, p.23]
1979/83			24 milhões de pessoas (1983) [SUDENE, 1983, p. 6].	Finalmente, em 1979, caracterizou-se a seca que era aguardada pelos sertanejos em 1977, o 'ano do sete dobrado' [SUDENE, 1981, p. 23].
1987/88	Todo o Nordeste	Magalhães e Bezerra Neto, orgs. (1991)	Total: 25 milhões; rural 16 milhões [SUDENE, 1988, tab. 1].	Em 1987, ocorreu uma seca no Nordeste, que ficou conhecida como seca verde. As chuvas foram embora antes que as fruturas frutificassem. Apesar da paisagem verde, houve uma grande queda na produção e desemprego em massa [Magalhães 'et alii' 1991, p. 37].
1990/93	Todo o Nordeste	Carvalho, Egler, Mattos (1994)	Rural: 12 milhões [SUDENE, 1995, item 2].	A seca de 1993 foi particularmente severa (...) Ela ocorreu depois de três anos de secas parciais, nos quais se verificaram sérios prejuízos às atividades agropecuárias, com sérios reflexos sobre as condições de emprego e renda [Carvalho, Egler e Mattos, 1994, p. 38]
1998/99	Todo o Nordeste	Duarte (1999)	10 milhões (população rural)	A sobrevivência das frentes de trabalho é o mais eloquente atestado do insucesso das políticas de longo prazo para a atenuação dos efeitos da seca [Duarte, 1999, p. 25].

Fonte: Maia Gomes, 2001.

Políticas públicas para migração e estratégias de desenvolvimento rural

Vários são os instrumentos adotados para o estabelecimento de políticas públicas que visam o desenvolvimento rural e o equilíbrio populacional entre campo e cidade, mas às vezes, o resultado pode não ser aquele esperado pelas autoridades decisórias.

controle direto sobre a mobilidade

Políticas que dificultem a locomoção do indivíduo dentro de seu país podem ser consideradas abusivas ou autoritárias, mas foram praticadas em diversos países, tais como China, Indonésia e África do Sul.

Outras iniciativas, tomadas principalmente por governos locais, tratavam de devolver o migrante ao seu lugar de origem. Em São Paulo, por exemplo, as passagens de vota eram fornecidas gratuitamente nos anos 80 e 90 para que os nordestinos voltassem à sua terra natal.

política populacional ativa

A criação de um conjunto de mecanismos de incentivo ou desincentivo à procriação pode ter um resultado satisfatório em termos de ordenamento territorial e equilíbrio entre as populações do campo e da cidade, embora pouco se tenha realizado neste aspecto, em países do ocidente.

No Brasil, o tema foi tabu durante décadas, e obteve forte objeção entre militares e religiosos. Mesmo nos anos 90, quando projeto de lei permitiria sob determinadas circunstâncias a cirurgia de laqueadura coberta pelo Sistema Único de Saúde – SUS, houve pressão de grupos congressistas conservadores para que o parágrafo tivesse o veto presidencial.

Medidas de contenção ao crescimento populacional democráticas e optativas deveriam ter sido tomadas nas décadas de sessenta, setenta e oitenta no Brasil. Perdeu-se a oportunidade de reduzir substancialmente as pressões sociais, econômicas e ambientais que hoje flagelam a população brasileira, sobretudo nas grandes cidades.

salário-mínimo

A instituição do salário-mínimo acima do salário de pleno emprego (salário de mercado) gera um excesso de oferta de trabalho e, conseqüentemente, desemprego involuntário. Entretanto, sendo uma regra do setor formal, incide em maior proporção entre os trabalhadores urbanos que os rurais, visto que o controle e fiscalização são mais freqüentes nas cidades. Assim, o trabalhador rural, que não percebe salário mínimo, é atraído pela expectativa de salário mais alto.

incentivo ao emprego

As políticas de incentivos ao emprego podem variar desde programas de orientação ao trabalhador urbano à instituição de subsídios disfarçados a setores intensivos em mão-de-obra. Características culturais como excesso de permissividade quanto à informalidade – justificada pela pobreza dos beneficiários – induzem a multiplicação de pequenos negócios familiares, comércio de ambulantes e camelôs.

centros de orientação ao trabalhador migrante

Pouco se fez em relação à recepção dos trabalhadores rurais nas cidades. Menos ainda, em termos de disseminação de informação no meio rural sobre as perspectivas de trabalho para os migrantes.

Programas de combate à sazonalidade do trabalho rural e ao flagelo da Seca

Em anos de maior crise no campo, sempre se optou pela criação das “frentes de trabalho”, medidas emergenciais e mitigadoras para conter o êxodo em períodos de crise. Em períodos de entressafra, os governos podem manter programas de construção de estradas, barragens, infraestrutura, utilizando a mão-de-obra dispensada do setor agrícola.

desenvolvimento rural

A idéia de que a promoção do desenvolvimento rural tem implicações favoráveis na redução da migração conta com boa receptividade nos dias atuais. Entretanto, o sucesso destas políticas depende das causas principais que determinam a migração. O aumento quantitativo dos empregos, sem preocupações com a vulnerabilidade dos mesmos, pode obter menos êxito que a melhoria qualitativa dos empregos existentes.

As estratégias de desenvolvimento rural podem, inclusive, resultar em forças expultrizes. Por exemplo, incentivos à mecanização, pesquisa de novas culturas, importação de tecnologias, subsídios à grande produção, irrigação de grandes áreas, financiamento e crédito agrícola de grandes valores etc contribuem para liberar mão-de-obra e, portanto, induzem a migração (ver, por ex., Findlay, 1987).

assentamentos

Políticas de reforma agrária e outras práticas de assentamento de famílias, tais como em associativismo e cooperativismo, mostrou algum êxito em países hoje desenvolvidos tais como Japão e Coréia do Sul (reforma agrária), Israel (kibbutzim) ou na Europa (associativismo e cooperativismo).

Em países latino-americanos, os resultados variaram bastante. No Brasil, a pressão por reforma agrária é grande e a proposta ainda soa como panacéia para a erradicação da pobreza rural e até mesmo urbana. Infelizmente, o assentamento de colonos em regiões pobres, sem o devido acesso a tecnologias, escoamento da produção ou infra-estrutura social não tem surtido efeitos desejáveis.

infra-estrutura

Melhoria do sistema de transportes podem incentivar a migração de curto prazo, mas diminuir a tendência a longo termo. Isto porque induz desenvolvimento local e, portanto, reduz os incentivos de partir (Findlay, 1987). Pouca atenção tem sido destinada à questão da moradia. Conjuntos habitacionais em áreas rurais não distantes dos locais de trabalho e das escolas podem ser um interessante instrumento de desenvolvimento local, via redução dos custos de produção e melhoria das condições gerais de salubridade e vida gregária.

pólos de desenvolvimento

Ao final da década de 90, o governo de Pernambuco sinalizou para uma estratégia de criação e continuidade de pólos de desenvolvimento, tomando-se por base as vantagens naturais e culturais em determinadas microrregiões ou conjunto de municípios de Pernambuco.

Assim, forte ênfase foi dada ao fortalecimento do pólo gesseiro, no Arararipe; o pólo de fruticultura irrigada e vitivinicultura de Petrolina; caprinocultura em Serrita, pólos médicos e de informática no Recife, pólo de confecções de Toritama e, mais recentemente, a intensificação do turismo decorrente da duplicação da BR 232.

Análise dos dados para o caso de Pernambuco

De acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Pernambuco possui 185 municípios distribuídos em 5 mesorregiões e 19 microrregiões.

Figura 1 – Pernambuco por Mesorregiões

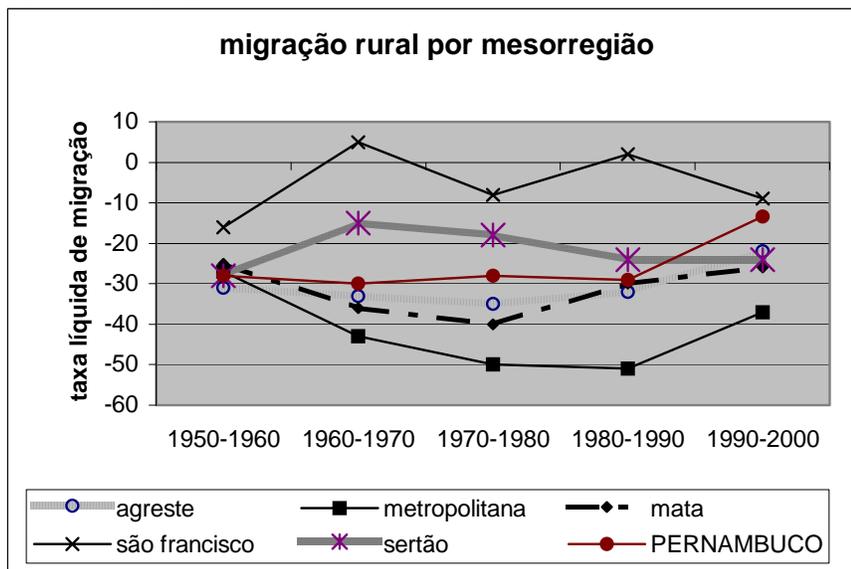


As mesorregiões que integram o estado de Pernambuco são:

- Região Metropolitana do Recife
- Zona da Mata
- Agreste
- Sertão
- Sertão do São Francisco

Os dados censitários de população para o período estudado não estão disponíveis ano a ano, mas apenas para os anos de censo ou de contagem populacional (que, para o período ora estudado são 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000). Assim, os dados de populações para anos não censitários foram calculados a partir de estimativas de taxas de crescimento, e foram tabuladas de modo a apresentar os parâmetros populacionais de Pernambuco, por mesorregião e microrregião, local de domicílio e gênero, para anos censitários, sendo que informações de gênero, só a partir dos censos de 1970, ano em que o IBGE começou a realizar este tipo de investigação (os dados tabulados podem ser encontrados em Moreira, 2005). A Figura 2 apresenta os dados de migração rural por mesorregião em Pernambuco, durante o período estudado.

Figura 2: Migração Rural em Pernambuco (1950-2000)



De fato, corroborando a teoria, observa-se que os números da migração estão fortemente relacionados ao tamanho da população, às mudanças nos padrões reprodutivos e no perfil etário da mesma e, em termos percentuais, observa-se que a taxa de migração depende fortemente da estagnação ou do dinamismo econômico das microrregiões emissoras e receptoras.

Observando-se as tendências das taxas de migração por mesorregião em Pernambuco, verifica-se que a mesorregião do Sertão do São Francisco apresenta um padrão de saída do

campo bem menor que nas demais mesorregiões, pelo fato de ali ter sido desenvolvido um certo dinamismo em setores agrícolas intensivos em mão-de-obra, tais como fruticultura, vitivinicultura etc.

As demais regiões mantêm taxas relativamente estáveis, exceto a Metropolitana, parecendo haver uma exportação adicional durante o ciclo de transição demográfica nos anos 60 e 70. No caso da mesorregião Metropolitana do Recife, o aumento considerável da migração rural se dá por causa da reclassificação de áreas rurais em urbanas

Observa-se a partir destas tabelas, que as taxas de migração líquida de Pernambuco foram 8,6% entre 1950 e 1960; 5,7% entre 1960 e 1970; 11,4% entre 1970-1980; 14,4% entre 1980 e 1991; 2,5% entre 1991 e 1996 e 2% entre 1996 e 2000. Pode-se notar a intensificação da migração nas décadas de 70 e 80 e, em seguida, um arrefecimento da mesma até o ano 2000.

A alta taxa de migração para a década de 70 pode ser explicada em função das altas taxas de crescimento do PIB, sobretudo do PIB industrial e o do setor de serviços.

Por sua vez, a manutenção de altas migrações durante a década de 80, considerada pelos economistas como a “década perdida”, poderia ser explicada pelas premissas do modelo de Todaro (probabilidade de estar empregado multiplicada pelo valor do salário). Uma segunda explicação para a alta taxa de migração desta década poderia se basear na hipótese da migração residual ou defasada causada, por exemplo, pelo fato do migrante estabelecido mandar “buscar” a família no interior rural. Em qualquer caso, deve-se ter como pano de fundo, o curso da transição demográfica e os imprevisíveis efeitos das secas.

Curioso é notar o arrefecimento da migração após 1991, o que reflete, por um lado o esgotamento do modelo concentrador no Sudeste do país e nas regiões metropolitanas regionais, Recife, em particular e, por outro, a criação de novas alternativas de renda nos locais de origem (registre-se que, entre 1991 e 2000, o crescimento do PIB agropecuário brasileiro foi maior do que o do PIB total, isto é, de 34,6% e 29,8%, respectivamente).

Quanto à migração por origem domiciliar, verifica-se que durante a década de 50, as taxas de migração líquida do meio rural foram de 25 a 30%, exceto para a mesorregião do São Francisco, denotando intenso processo de urbanização.

Nos anos 60, o processo se intensificou, com taxas entre 35% e 43% por década, exceto para o São Francisco e Sertão Pernambucano. As taxas para a região metropolitana, inclusive, chegam a surpreender, sendo de 42,62%, explicável pela intensa reclassificação de áreas rurais em urbanas durante este período.

Na década subsequente, o processo de urbanização continuou intenso. Chame-se a atenção para as taxas de recebimento populacional em meio urbano em municípios tais como Petrolina e Suape, que já mostravam sinais de dinamismo econômico bem acima da média do estado.

Entre 1980 e 1991, a urbanização mantém-se em ritmo acelerado, resultante agora de fatores conjugados. Em primeiro lugar pela continuidade do fluxo de pessoas deixando o campo e se dirigindo para as cidades. Em segundo, por conta das altas taxas de reprodução advindas do perfil etário mais jovem (pela alta incidência de jovens migrantes). E, por último, por causa da continuidade de conversão de áreas rurais em urbanas. Não se observou nesta década uma grande maioria de um ou outro gênero, havendo microrregiões como Garanhuns, cuja área urbana recebeu mais homens e outras, como Suape, cujas áreas urbanas receberam mais mulheres.

Nos anos 90, há o arrefecimento da saída do campo, talvez indicando uma exaustão das cidades, talvez por causa de políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de assentamentos. De fato, com as novas possibilidades de produção no setor primário intensivas de mão-de-obra, tais como hortifruticultura, floricultura e carcinicultura, além de programas para apoio ao associativismo e cooperativismo tais como no Programa de Recuperação da

Bacia Leiteira e programas específicos voltados à apicultura, caprinocultura, agricultura de brejo, concomitantes com turismo rural etc.

Para o cálculo dos saldos migratórios em cada microrregião, tendo como base os dados do censo de 1950, acrescentou-se a taxa média geométrica do crescimento vegetativo de cada década (exceto 1980 – 1991) e, daí, foi subtraído o valor observado no censo da década imediatamente posterior.

Moreira (2005) apresenta uma série de mapas por mesorregião de Pernambuco contendo tabelas com as populações urbanas e rurais por gênero, desde a década de 50 até o ano 2000, para os leitores que desejarem um maior detalhamento dos dados.

características dos migrantes

perfil etário

A investigação das coortes etárias nos fluxos migratórios e nas populações remanescentes podem trazer indícios significativos para análise. Da mesma forma que em questões de gênero, o motivo da migração varia conforme a idade. Jovens tendem a migrar com mais facilidade que os mais velhos. Um perfil etário envelhecido em regiões exportadoras de mão-de-obra e um perfil mais jovem nos centros receptores corrobora esta idéia. Principalmente em lugares onde a transição demográfica está em pleno andamento. Nas cidades, onde a mortalidade infantil foi sempre menor, além do alargamento natural da base da pirâmide etária, há, ainda, o alargamento causado pela chegada de migrantes jovens.

A redução da taxa de natalidade e a tendência à homogeneização em todos os setores, classes sociais e regiões surpreenderam os demógrafos com a rapidez com que acontece no Brasil. Mas isto traz implicações relativamente sérias em termos de redistribuição de encargos entre a sociedade. O envelhecimento da população possui implicações na previdência social, no ensino primário, na saúde pública, nos transportes etc.

gênero

Na América Latina, a proporção de mulheres migrantes aumentou significativamente nos anos sessenta e setenta. No Brasil, grande parte desta migração seletiva pode ser explicada pela maior possibilidade de inserção da mulher no mercado de trabalho, tanto no setor industrial como no terciário, particularmente, em lojas comerciais em serviços domésticos contratados, sobretudo nas grandes cidades.

Outra característica detectada em estudos sobre a migração (Moura, 1982) é a de que as migrações de longo trajeto, por exemplo, as que partem do Nordeste e se dirigem ao chamado Centro/Sul ou à Amazônia, são fortemente masculinas, enquanto que migração da zona da Mata pernambucana para a Região Metropolitana, é especialmente feminina.

nível educacional

Existe uma forte correlação positiva entre educação e propensão a migrar (Todaro, 1989, p.277). Isto traz implicações muito sérias para o desenvolvimento rural e das cidades menores, pois pode induzir o campo a exportar sua população educada para as cidades e, no caso das cidades de pequeno e médio porte, faz com que as populações de melhor qualificação profissional migrem para centros maiores.

No caso nordestino, observa-se, além da migração de mão-de-obra desqualificada, uma exportação de profissionais de maior qualificação técnica rumo a cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

renda

Em termos quantitativos, os migrantes são em larga maioria de baixa renda, sobretudo aqueles de origem rural, muitas vezes migrantes por causa de fatores expulsionistas, como a perda da terra ou da colheita ou, ainda, a busca de empregos sazonais nas periferias urbanas. Isto, contudo, não parece ser uma característica do migrante em décadas mais recentes. A maioria numérica entre os migrantes ainda aponta um perfil de baixa renda, uma vez que as populações de origem são pobres. O que se observa, contudo, é uma migração em todas as classes de renda, principalmente por conta de maior nível educacional dos mais abastados e que tiveram acesso às escolas e que, conseqüentemente, terão mais chances de obter emprego nas cidades maiores.

Conclusões

Os fenômenos migratórios rumo às cidades de maior porte aconteceram de forma acentuada durante praticamente toda a segunda metade do século XX, somente desacelerando na última década.

De algum modo, a idéia equivocada de que as mazelas sociais das cidades grandes são uma decorrência da chegada dos migrantes do interior podem acarretar preconceitos e fazer com que sejam estabelecidas políticas inadequadas de desenvolvimento rural como as de “fixar o homem ao campo”.

Em Pernambuco, como em todo o Nordeste, a migração não deve ser vista unicamente como um processo de “êxodo rural”, decorrente dos flagelos da seca, mas resultante de um conjunto de fatores, inclusive, os de busca por melhores salários e renda ao longo do ciclo de vida daqueles que decidem migrar. Deste modo, as forças motrizes da migração podem ser do tipo “expulsionista rural determinista” ou do tipo “atrativista urbano possibilista”.

Um melhor conhecimento do perfil do migrante e das causas da migração revestem-se da maior importância para o estabelecimento de políticas públicas, podendo sugerir que, políticas de elevação do emprego e da renda no campo, mediante estímulos à produção rural intensiva em mão-de-obra sejam mais eficazes para o desenvolvimento rural que políticas de combate às secas.

Assim, a temática da migração campo-cidade é de grande relevância para o desenvolvimento rural e regional integrado, que, no caso nordestino, perpassa os limites territoriais dos estados e até mesmo de toda a região.

Em um momento em que o campo começa a apresentar alternativas alvissareiras de renda e emprego, e quando as grandes cidades apresentam claros sintomas de esgotamento e congestão, as políticas públicas deveriam voltar-se ao fortalecimento do meio rural e ao desenvolvimento de cidades de pequeno e médio porte, inclusive de modo cooperativo entre estados e por meio da formação e fortalecimento de redes sociais.

Referências Bibliográficas

- CAMARANO, Ana Amélia e BELTRÃO, Kaizô Iwakami. Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século. Textos para Discussão, TD-766. mimeo. Rio de Janeiro: IPEA, novembro de 2000.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Atlas escolar de Pernambuco: espaço geo-histórico e cultural. 2a Ed. João Pessoa, PB: Grafset, 2003.
- FINDLAY, Allan and Anne. Population and development in the Third World. New York: Methuen, 1987.
- GILLIS, PERKINS, ROEMER and SNODGRASS, Economis of Develpment, W. W. Norton & CO: New York, London, 1992.
- IBGE, Censo demográfico de Pernambuco, 1970. Rio de Janeiro, 1971.
- IBGE, Censo demográfico de Pernambuco, 1980. Rio de Janeiro, 1981.

- IBGE, Censo demográfico de Pernambuco, 1990. Rio de Janeiro, 1992.
- IBGE, Censo demográfico de Pernambuco, 2000. Rio de Janeiro, 2001
- JANUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil. Campinas: Editora Alínea, 2001, 141p.
- JESUS DE SOUZA, Nali de. Desenvolvimento Econômico. 4 Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- LIMA, Chaves Ricardo. Economics of rural labor migration: a survey in the literature. In: LIMA, João Policarpo Rodrigues. Economia e Região. Nordeste: ensaios. Recife: PIMES, Editora Universitária da UFPE, 1999.
- LUCAS, Robert E. B. Internal migration in developing countries. In: STARK, Oded e ROSENZWEIG, Mark R. Handbook of Population and Family Economics, pp.721-198. Amsterdam: Elsevier, 1997.
- MAIA GOMES, Gustavo. Velhas secas em novos sertões. Brasília: Editora do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, 2001.
- MOURA, Hélio A. Nordeste: migrações internas e desequilíbrios regionais. Revista Pernambucana de Desenvolvimento. Vol.9, no2. Recife: Condepe, 1982.
- MOUREIRA, Francisco Gilvan. “Expulsão Rural” ou “Atratividade Urbana”? A migração campo-cidade em Pernambuco na segunda metade do século XX. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife: 2005.
- PNUD. Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, Brasília DF: PNUD, 1996.
- RIBEMBOIM, Jacques. Mudando os Padrões de Produção e Consumo. In: RIBEMBOIM, Jacques, (org) Mudando os padrões de produção e consumo, Editora do IBAMA, Brasília, 1997.
- _____. Os produtos rurais e a teoria econômica. In: CALLADO, Antônio André Cunha (Org). Agronegócio. São Paulo: Editora Atlas, 2005.
- _____. Nordeste independente. Recife: Edições Bagaço, 2002.
- _____. Fundamentos éticos para uma política populacional ativa. Anais do Congresso da Associação Brasileira de Estudos Populacionais -ABEP. Caxambu: 1998.
- _____. “Population Growth and the Rapid Urbanization Problem: Ethical Grounds for a Governmental Intervention”, Anais do III Seminário Internacional sobre Problemas Ambientais dos Centros Urbanos - ECO URB’S 95, Abstracts Volume, p.49-51, Rio de Janeiro, junho, 1995.
- ROGERS A. and CASTRO, L.J., 1984, Model migration schedules In: ROGERS A. (ed) Migration, urbanization, and spatial population dynamics, Boulder, CO: Westview Press
- SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- STARK, Oded e ROSENZWEIG, Mark R. Handbook of Population and Family Economics, Amsterdam: Elsevier, 1997.
- TODARO, M., Economic Development in the Third World, Fifth Impression. Longman, New York & London, 4th edition, 1993.
- TODARO, M., Urbanization in developing countries: trends prospects and policies In P.K. Ghosh ed. Urban development in the Third World, Westport: Greenwood Press, 1984.
- UNITED NATIONS. Human Development Report, New York: UN Editions, 1998
- VEIGA, José Eli. O Sentido Econômico da Reforma Agrária. Texto para Discussão FEA/USP, No 08/90. São Paulo, 1990.